

ATA DA 052ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Primeiramente quero anunciar a presença neste plenário do vereador do PP, Marcelo Wrubel, e do vereador do PSC, Valdomiro Acunha, do município de Ponte Serrada, que vêm a Florianópolis em busca de soluções para problemas dos seus municípios.

Sr. presidente e srs. deputados, gosto das coisas boas que acontecem em Santa Catarina e no Brasil. Mas vemos tantas coisas ruins, deputada Ana Paula Lima, que, quando um empresário dentre tantos outros bem sucedidos deste estado é homenageado na Europa, devemos fazer o registro.

O empreendedor catarinense Wandér Weege recebeu na semana passada, no dia 22 de junho, o título de cidadão honorário da cidade de Resko, no

leste da Polônia. O título é o reconhecimento pelo incentivo que o empresário vem dando há décadas às culturas germânicas.

Além de fortalecer os laços de amizade entre os países, o empresário de reconhecido sucesso frente ao grupo Malwee, de Jaraguá do Sul, e da vinícola Pericó, na serra catarinense, na região de São Joaquim, dá oportunidade para que os catarinenses e brasileiros conheçam bem o seu lado humano.

A distinção a Wandér Weege foi entregue durante a programação alusiva aos 725 anos da Fundação da pequena cidade Resko. Repito: setecentos e vinte e cinco anos da fundação da pequena cidade de Resko.

Cinquenta e seis brasileiros, entre eles 41 catarinenses, integraram a missão cultural pomerana que participaram das atividades na Polônia.

A viagem que os 56 integrantes da missão cultural realizada na Polônia e na Alemanha foi enriquecida pela troca de informações entre os pesquisadores, escritores, artistas e professores de Santa Catarina sob a orientação dos alemães e dos poloneses que viviam e que vivem espalhados em Santa Catarina.

Srs. deputados, faço esse registro, porque quem conhece Wandér sabe do seu procedimento como empresário, como cidadão catarinense, como neto de estrangeiros, mas que teve uma visão ampla não somente na sua empresa, como também despertou para aquilo que tenho defendido nesta Casa, a produção dos vinhos de altitude. É um dos idealizadores das vinícolas que produzem vinho de qualidade em Santa Catarina, na região de São Joaquim; portanto, está diversificando.

Além de tudo isso, da humildade desse empresário que participa nas suas comunidades com o churrasqueiro até com o que cuida do caixa, o *promotter* das promoções sociais, Wandér integra de corpo e alma a sociedade, tanto a empresarial como a comum. E faz com que o nosso estado realmente tenha elementos deste quilate, defendendo Santa Catarina e produzindo nessa terra.

Por isso, fico muito contente quando leio nos jornais as manchetes que trazem aquilo que os nossos empresários têm representado Santa Catarina.

Por outro lado, ficamos tristes quando assistimos pela televisão ao que está acontecendo no país. Ontem, assisti à TV Senado, onde foi aprovado projeto que cria uma penalidade para os crimes hediondos. E no dia de ontem, ao escutar o renomado jornalista de Santa Catarina, que perguntava, como repórter: de que adianta a lei dos crimes hediondos, se os condenados pela Justiça continuam no Congresso Nacional, soltos, ao bel prazer, e dando exemplo do mal feito para o resto do Brasil?

Paulo Alceu tem razão. O seu comentário foi muito maior, mas apenas registro essas palavras do jornalista: enquanto os corruptos ainda estão soltos, espalhando o mal por todo este Brasil, no comando, ocultando as suas opiniões, para que as coisas aconteçam não para o bem, porque eles não fazem o bem.

Os catarinenses de boa vontade, os homens e as mulheres de boa índole, têm também que conviver com os malfeitores. Faz parte da sociedade, da humanidade, mas precisamos reforçar cada vez mais que a Justiça realmente tome as providências necessárias para coibir os malfeitores que se introduzem na sociedade trabalhadora, honesta.

Então, a nossa preocupação, srs. deputados e sra. deputada, é justamente com a nossa sociedade jovem, com os nossos adolescentes que estão se manifestando ordenadamente, respeitadamente e encontram em suas manifestações vândalos que se aproveitam da situação para fazer o quebra-quebra, destruindo bens públicos e privados, roubando, quebrando, maltratando, a exemplo do que fizeram na segunda manifestação, quando fecharam a ponte, onde um mau caráter, no mínimo, deu uma pedrada que quebrou o nariz de um policial. Quem assistiu aos noticiários viu a aberração, a agressão de um manifestante contra uma autoridade que estava lá, mantendo a ordem para que tudo saísse em harmonia.

Ninguém quer bagunça, vandalismo. Queremos, sim, a manifestação correta, como sempre respeitamos.

No tempo do Lula eu respeitava quando as manifestações eram sérias, de direito da sociedade, do jovem, do homem. Nunca contestei, apenas contesto quando se depara com a destruição, com o malandro que esconde e cobre o rosto para não ser reconhecido. Esse a Polícia tem que prender. Não pode deixar circular esse tipo de gente. Prender e ver quem está acobertado, escondendo o seu rosto.

Por isso, sr. deputado, faço esse registro porque a sociedade tem o direito de ir e vir, mas tem o direito de se manifestar, mostrando o descontentamento com alguns setores.

Entendemos que nem tudo que eles solicitam é o correto. Mas a sua manifestação é livre, espontânea, deputado Neodi Saretta, porque entendemos que a sociedade tem o direito de se manifestar quando se sente acuada, quando se sente prejudicada, por aquilo que vem acontecendo em todos os sentidos.

Não defendo a classe política, defendo na íntegra, isto sim, que cada um tem que fazer a sua parte. Se queremos que a democracia prevaleça neste Brasil, a verdadeira democracia, precisamos da participação do Poder Público, precisamos da participação da iniciativa privada, dos grupos sociais, de toda a comunidade, deputado Ismael dos Santos, das religiões, todas que congregam o cristianismo em nosso Brasil, as congregações todas, as cristãs que tem na sua educação um ser superior. Por isso, precisamos defender o que é bom e contestarmos o que é ruim.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, com muita satisfação quero registrar

nesta manhã a presença nesta Casa do vereador Cunha e do vereador Marcelo, que estão em curso nesta Capital. E também quero lembrar, presidente, que de forma inusitada, no próximo dia 04, teremos eleições para prefeito na cidade de Ponte Serrada. E viva a cidadania!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Está feito o registro, deputado Ismael dos Santos.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras., deputadas, quero falar sobre o registro do deputado Reno Caramori e dizer que tenho a felicidade de conhecer o Wandér, da WEG, esse empresário acima de tudo maravilhoso. E todos que passam pela BR-470 no município de Ascurra veem uma das grandes instalações do Corpo de Bombeiros no estado de Santa Catarina, e grande parte daquela obra, caminhões, equipamentos, foram cedidos pelo empresário Wandér. Sem colocar uma linha na imprensa, sem fazer um tipo de propaganda pelo que ele faz, ele faz um grande trabalho pelo estado de Santa Catarina.

Existem pessoas no anonimato, que fazem ações grandiosas como essa de equipar o Corpo de Bombeiros, como é o caso do Corpo de Bombeiros da União, que atende aos municípios de Ascurra, Rodeio e Apiúna, com o comandante Júnior, o Borges, enfim, toda a equipe que faz um grande trabalho. A região que hoje tem mais acidentes de trânsito no estado de Santa Catarina é a região entre Rio do Sul e Blumenau, na BR-470. E ali temos uma ação muito grande desse empresário que está sendo reconhecido na Polônia, mas que tem que ser reconhecido aqui em Santa Catarina, pelo trabalho que faz.

Quero também parabenizar a diretoria do Sindicato dos Policiais Civis de Santa Catarina, recentemente eleita, que tem demonstrado grande empenho na causa dessa categoria. O Anderson Amorim é o presidente, o Juliano é o vice-presidente, o Roberto Salum também faz parte da diretoria. Eles têm trabalhado junto aos

secretários Derly e Antônio Gavazzoni, pelas questões da classe, pela compactação da carreira e pela promoção automática, porque os policiais precisam de motivação e de suas promoções. Em 2009, tivemos a felicidade de conseguir seis mil vagas de promoções, mas como tínhamos policiais trabalhando há 25 anos sem nunca ter recebido uma promoção, a defasagem era grande e rapidamente as promoções foram realizadas. Mas agora os policiais estão sem expectativa.

Então, a promoção automática é uma das formas que têm sido defendidas, ou seja, depois de decorrido determinado período de trabalho, um, dois ou cinco anos, aquele policial que não teve punição receberia automaticamente uma promoção. A diretoria do Sinpol tem sido muito diligente, tem trabalhado junto ao governo do estado e apresentado resultados de suas lutas.

Sabemos também da preocupação do governador Raimundo Colombo, agora do governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, e dos secretários, em encontrar uma solução para esses encaminhamentos da segurança pública, no IGP, na Polícia Militar, no Corpo de Bombeiros, no sistema prisional, na Polícia Civil, enfim, em todos os setores que fazem uma das tarefas mais árduas no combate à criminalidade, na segurança do cidadão, porque temos também a saúde e a educação, que são atividades prioritárias e essenciais para o nosso estado.

Falava, também, deputado Reno Caramori, e todos estão falando agora, sobre a questão de a corrupção passar a ser crime hediondo. Mais do que fazer isso, precisa haver punição. Não adianta condenações de 30 anos, 40 anos e ninguém ir para a cadeia. Tivemos aquele caso do jornalista Pimenta Neves que matou a namorada e ficou 11 anos na rua, interpondo recursos até cumprir um dia de cadeia. E já vi muitos casos na minha vida de policial. E o objetivo da lei era segurar o criminoso, mostrar que estava errado, condená-lo de forma rápida e ressocializá-lo. Mas isso não acontece. E já presenciei um caso de o cidadão cometer um crime, passar 15 anos solto, e nesse

período ele, por conta própria, ou pela sociedade, ressocializou-se, casou, teve filhos e quando estava com a família estruturada veio a ordem de prisão. Quer dizer, quando tinha a índole voltada para o crime, ficou na rua, mas quando virou gente boa, como dizem, veio a ordem de prisão.

Então, a demora na Justiça traz uma justiça injusta. O objetivo era que o cidadão entendesse que praticou um ato irregular e que ele se recuperasse. Ele, por si só, recuperou-se e aí veio a Justiça para estragar a vida dele, quando ele já tinha voltado a ter uma vida normal.

Os jornais de hoje tratam essa questão, e isso é muito importante. Acho que a mudança neste país passa por alguns cortes na própria carne. Como disse, ontem, o senador Cristovam Buarque, temos que começar uma nova etapa. E para começar uma nova etapa temos que ter algumas mudanças e acabar com as reeleições indefinidamente. Não podemos, nem no Legislativo, deixar que haja eleições indefinidamente. Entendo que devemos ter, no máximo, dois mandatos - três já seriam demais. E, obrigatoriamente, pode ir para outro cargo público, mas não podemos ter tantas reeleições.

A eleição do Executivo tem que ser de um mandato só. Conversando com o prefeito, ele me disse o seguinte: "Trabalhamos um mandato querendo fazer alguma coisa, mas pensando na reeleição". Em questões que se teria, muitas vezes, que agir com determinado rumo, com determinada firmeza, deixa-se de agir administrativamente como deveria ser para agir politicamente de outra forma.

Então, temos que ter no Executivo um mandato de cinco anos - e pode ser de seis anos -, mas que seja um mandato único para que o prefeito, o governador e o presidente assumam e façam o melhor que puderem naquele período. E não pensando na reeleição, não pensando em fazer um sucessor, mas pensando em fazer o melhor. E se ele fizer o melhor, automaticamente vai fazer o sucessor ou, pelo menos, a pessoa que tiver o seu apoio vai ter a mesma credibilidade daquela boa administração.

Então, essas mudanças são necessárias. Não podemos ter essa perpetuação no poder. Não se faz política sem partido, isso é muito idealista. Não podemos ter candidatos avulsos. O candidato precisa ter o apoio de pessoas que demonstrem a sua capacidade, que levistem a sua bandeira.

Então, a questão partidária acaba sendo fundamental também para a democracia brasileira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, nobre representante do planalto norte, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de saudar o presidente em exercício, deputado Kennedy Nunes, os srs. deputados, as sras. deputadas, a comunidade catarinense, e o público que nos assiste, em especial os jovens.

(Passa a ler.)

"Este deputado é autor do projeto que resultou na Lei Estadual n. 15.449, de janeiro de 2011, sancionada pelo governador Raimundo Colombo, que instituiu a Semana Estadual de Incentivo e Valorização de Doadores de Sangue e de Medula Óssea. É uma lei bastante singela, breve, mas que se reveste de grande importância social, pois está diretamente relacionada à expectativa de saúde de muitos que necessitam de sangue em momentos delicados de sua vida, quando são submetidos a cirurgias, muitas vezes em situação de emergência, devido a acidentes, ou mesmo em razão de patologias graves.

Como médico sempre estive próximo da realidade das pessoas que vivem momentos extremos, e como cidadão também já passei por uma situação de emergência quando sofri um grave acidente automobilístico.

Por isso falo com a experiência de quem testemunha a tênue expectativa de quem precisa de um transplante de medula, e sei o que é precisar do sangue estocado em nossos hemocentros.

Estamos vivendo a Semana Estadual de Incentivo e de Valorização dos Doadores de Sangue e de

Medula Óssea, que é a última do mês de junho de cada ano. É apenas uma referência, pois não existe data para doar sangue e medula, o que é um gesto de amor ao próximo.

O objetivo da Lei é conscientizar a sociedade acerca das necessidades de doar sangue e medula óssea, incentivar as doações e a organização de cadastros de doadores, promover encontro de especialistas para debater e traçar estratégias sobre o assunto.

Gostaria de aqui fazer alguns esclarecimentos, aproveitando essa tribuna e os veículos de comunicação da nossa Assembleia Legislativa.

- Qualquer pessoa entre 18 e 55 anos com boa saúde poderá doar medula óssea. A medula é retirada do interior de ossos da bacia, por meio de punções, e recompõe-se em apenas 15 dias.

- Os doadores preenchem um formulário com dados pessoais, e é coletada uma pequena amostra de sangue para testes que determinam as características genéticas necessárias para a compatibilidade entre o doador e o paciente.

- Os dados pessoais e os resultados dos testes são armazenados em um sistema informatizado que realiza o cruzamento de dados com os de pacientes que estão necessitando de um transplante.

- Em caso de compatibilidade com um paciente, o doador é chamado para exames complementares, para realizar a doação.

Quero dizer que tudo seria muito simples e fácil, se não fosse o problema da compatibilidade entre as células do doador e do receptor. A chance de encontrar uma medula compatível é, em média, de uma em cem mil.

Por isso, são organizados Registros de Doadores Voluntários de Medula Óssea, cuja função é cadastrar pessoas dispostas a doar. Quando um paciente necessita de transplante e não possui um doador na família, esse cadastro é consultado. Se for encontrado um doador compatível, ele será convidado a fazer a doação.

Para o doador, a doação será apenas um incômodo passageiro. Para o doente, será a diferença entre a vida e a morte. A doação de

medula óssea, portanto, é um gesto de solidariedade e de amor ao próximo.

É muito importante a atualização dos dados cadastrais para facilitar e agilizar a chamada do doador no momento exato.

Caso decida doar, saiba que você precisa ter entre 18 e 55 anos de idade e estar em bom estado geral de saúde, ou seja, não ter doença infecciosa ou incapacitante.

Para ser um doador, procure um hemocentro, caso do Hemosc, aqui em Florianópolis, ou uma entidade que trabalhe pelo bem-estar social, como é o caso da Adosarec, lá no meu município, em Canoinhas. Lá tivemos o maior doador de sangue reconhecido no guiness book, Orestes Golanowski, que no ano passado veio a falecer."

Portanto, temos um índice importante lá em Canoinhas, um índice de solidariedade humana maior que outros estados. E a Adosarec é presidida pelo sr. Silmar Golanowski, filho de Orestes Golanowski, que continua a sua missão.

(Continua lendo.)

"No hemocentro, seu sangue será tipificado por exame de histocompatibilidade, ou HLA, um teste de laboratório para identificar suas características genéticas que podem influenciar no transplante. Seu tipo de HLA será incluído no cadastro. Seus dados serão cruzados com os dos pacientes que precisam de transplante de medula óssea constantemente. Se você for compatível com algum paciente, outros exames de sangue serão necessários. Se a compatibilidade for confirmada, você será consultado para confirmar que deseja realizar a doação. E seu atual estado de saúde será avaliado.

A doação é um procedimento que se faz em centro cirúrgico, sob anestesia peridural ou geral, e requer internação por um mínimo de 24 horas. Nos primeiros três dias após a doação pode haver desconforto localizado, de leve a moderado, que pode ser amenizado com o uso de analgésicos e medidas simples. Normalmente, os doadores retornam às suas atividades habituais depois da primeira semana.

Por fim, é importante lembrar que um doador de medula óssea deve manter seu cadastro atualizado sempre que possível.

É importante todos terem presente que um transplante de medula óssea é a única esperança de cura para muitos portadores de leucemia e outras doenças do sangue."

Nesses dois minutos que faltam, gostaria de me reportar ao nosso governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, que assumiu como governador do estado de Santa Catarina. Quero parabenizá-lo pelas ações que vem desenvolvendo e dizer que o PMDB é o maior partido proporcionalmente, do Brasil, no estado de Santa Catarina. Portanto, o estado de Santa Catarina tem, sim, o partido mais forte do país, proporcionalmente. E isso se deve a todos nós, do PMDB, mas em especial a Eduardo Pinho Moreira que, presidente por duas vezes, soube fazer a grandeza do partido, com a sua força, dedicação, competência e entusiasmo.

Ao doutor Eduardo Pinho Moreira, os nossos parabéns por tudo que já conquistou para o PMDB. Esperamos que sábado, todos nós do PMDB, façamos uma grande eleição, uma eleição democrática, onde vamos elegê-lo nosso presidente do PMDB.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

V.Exa. fala isso porque a convenção do PMDB é dia 29, com a escolha do novo presidente estadual entre o deputado federal Mauro Mariane e o vice-governador Eduardo Pinho Moreira.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, aqueles que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc eu saudava ontem as policiais femininas pelos 30 anos de criação de existência de mulheres na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina. Evidentemente, quero reiterar essa saudação, dizer que foi um avanço democrático nas

instituições militares do estado e também uma necessidade da segurança pública da nossa sociedade.

Falávamos também da legislação aprovada aqui este ano, a Lei Complementar n. 587 deste ano de 2013, que, a nosso ver, tem alguns pontos que deveriam ser considerados inconstitucionais. Por exemplo, quanto ao aspecto da altura mínima exigida para ingresso na Polícia Militar, no Corpo de Bombeiros, que é de 1,65m tanto para homens quanto para mulheres. Essa altura está acima da média da população brasileira feminina, na faixa etária entre 25 e 29 anos. Uma medida, portanto, aprovada aqui, que deixa fora a maioria das mulheres, que elimina a possibilidade de concorrer à vaga da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

Isso precisa ser revisto, e fazemos esse apelo ao Palácio do Governo, ao vice-governador Eduardo Pinho Moreira, agora em exercício, e ao governador Raimundo Colombo.

Fizemos uma emenda substitutiva global, na tramitação da matéria, talvez por isso tenha sido difícil depois de aceitar mudanças pontuais, porque no nosso entender outros pontos precisariam ser diferentes nessa legislação.

Faço referência ainda às mobilizações de policiais e bombeiros militares com relação à questão salarial. Estamos sem uma proposta, desde final de 2011, sobre aquela apresentada verbalmente pelo secretário da Fazenda, Antonio Gavazzoni, e da Administração, Derly de Anunciação, na última segunda-feira. Eles ficaram de apresentar por escrito, evidentemente na forma de projeto de lei, porque senão fica difícil de avaliar.

O que a nossa categoria de praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros tem considerado é que a proposta é muito pequena para um período muito largo a cumprir. A proposta de pagar a primeira parcela de um incremento salarial somente no mês de junho do ano que vem, com certeza, é muito distante. Quer dizer, faz a negociação salarial e começa a pagar a primeira parcela daqui a um ano? Olhem, nem as Casas Bahia ou o Magazine

Luiza fazem uma proposta assim, deputado Kennedy Nunes.

Então, isso precisa ser debatido, porque há um conjunto de descontentamento por parte da categoria, pela distância e por integralizar o pagamento em três anos de uma proposta que não é muito viável, com a inflação hoje na faixa de 15% para a cesta básica, ao ano, que já levaria tudo.

É preciso debater uma proposta diferente. E certamente as entidades apresentarão uma contraproposta, e a categoria se mobilizará, no momento oportuno. Até teria uma assembleia dos praças, na tarde de hoje, mas foi adiada em virtude das manifestações populares. Mas todos os policiais, inclusive, os bombeiros, estarão de prontidão para garantir a tranquilidade da população.

Gostaria de dizer que, na primeira oportunidade, os praças estarão em grande quantidade novamente, aqui na capital, para debater esse assunto.

Também quero voltar ao assunto da vez no Brasil, e não tem como mudar, a começar pelo arquivamento da PEC 37. Aí se vê a força do povo mobilizado, uma articulação no Congresso que por certo levaria à aprovação daquela PEC. Até acho que é uma boa notícia, pois setores que achavam a PEC ruim, em virtude das manifestações, começaram a questionar.

Essa PEC 37 era ruim, atendia aos interesses corporativos do menor segmento da segurança pública, que são os delegados de Polícia, com todo respeito a eles, eis que tenho amigos entre os delegados.

Também não dá para omitir o fato de que para muitos políticos, com culpa no cartório, ter promotor com liberdade de investigar é um problema, porque o Ministério Público é mais independente do que as Polícias, por não estar subordinado ao Poder Executivo nos estados nem a nível federal. Então, o Ministério Público é mais independente. E isso criava algum receio, talvez por isso esse sentimento no Congresso Nacional de que tinha que ter a PEC 37, que depois foi

derrotada por 430 votos, por apenas nove a favor e uma dezena de abstenções.

Voltando ainda, nesse aspecto, às mobilizações, agora diversos pontos estão sendo colocados na roda, com relação à resposta a essa onda de insatisfações populares. Até o senador Renan Calheiros agora faz parte do Movimento Passe Livre. Inclusive fez um projeto para criar o passe livre estudantil. E não estamos falando isso para ironizar, porque mostra aí a intenção dessa autoridade constituída, que sente a necessidade de dar uma resposta para a população.

Se Renan Calheiros agora também está no Movimento Passe Livre, é uma vitória da população catarinense. Acho que não tem que ser só estudantil, não, porque tem que ser para o conjunto dos trabalhadores, da sociedade que depende disso. É evidente que tem um custo que a sociedade vai pagar de qualquer forma. Mas também quero discutir o fato de que não dá para contrapor, ou ter transporte coletivo gratuito ou ter saúde pública gratuita.

Temos que falar sobre os milhões, bilhões, trilhões de isenções fiscais para os monopólios, inclusive automobilísticos. É daí que tem que tirar, assim como do pagamento dos serviços da dívida, que ninguém fala nisso. Para o setor de monopólios, de bancos, empreiteiras, enfim, de isenções e outras mazelas, com certeza está indo mais da metade do orçamento do povo brasileiro. É nessa metade, ou mais da metade, do orçamento que está indo para atender aos interesses do sistema financeiro dos monopólios que precisamos mexer para resolver questões importantíssimas como saúde, educação, segurança pública e inclusive o transporte coletivo público e gratuito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, o primeiro horário pertence ao PSD.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de registrar e agradecer a acolhida que tivemos na cidade de Tubarão, na audiência pública Tubarão sem Drogas, e também na última segunda-feira, em Jaguaruna, com a audiência Jaguaruna Sem Drogas.

Estivemos ontem tratando de alguns projetos, na área de prevenção, com prefeitos e vereadores, no planalto catarinense, em especial nas cidades de Bocaina do Sul, Anita Garibaldi e Capão Alto.

Hoje é o Dia Internacional de Luta contra o Uso e Tráfico de Drogas e o Dia Nacional de Combate às Drogas. Por isso assomo à tribuna nesta manhã. Trata-se de uma data de reflexão e não de celebração, sobretudo quando nos deparamos com manchetes como essas em jornais que circulam em Santa Catarina: "Capital tem 50 pontos de *crack*". E aqui no entorno da Assembleia Legislativa há alguns pontos de *crack* que se colocam como desafio para todos nós que trabalhamos e atuamos na área.

Um dia de reflexão sobre as drogas como este, no Brasil e no mundo, leva-nos a alguns eixos. As pesquisas que têm pautado os debates nos Parlamentos e na sociedade civil organizada, no terceiro setor, nas políticas públicas, mostram: gastos na área da saúde com tratamento médico, a perda da produtividade de trabalhadores e naturalmente o consumidor, o usuário de drogas, e suas perdas sociais, em especial decorrentes da criminalidade, da loucura que as drogas causam e infelizmente a morte prematura.

O relatório exibido recentemente pelo Fórum Nacional Antidrogas, através da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, reportava que no Brasil os custos decorrentes do uso indevido de substâncias psicoativas estava estimado em 7,9% do PIB, ou seja, 28 bilhões de dólares. Estamos falando dos custos decorrentes do uso indevido de drogas somente na perspectiva médica.

Por isso, nesta quinta-feira, quero registrar uma mensagem para reflexão. O avanço das drogas nas sociedades e os impactos diretos e indiretos decorrentes desse avanço nos convidam de fato à análise, à reflexão sobre as formas mais plurais

de conviver e dar respostas rápidas e eficazes para esses problemas que emergem nas nossas cidades. Em Santa Catarina, segundo a Confederação Nacional dos Municípios do Brasil, 89% dos municípios enfrentam problemas com as drogas.

Se olhado talvez pela frieza dos números contidos nos dados estatísticos que inclusive a própria comissão ou a Frente Parlamentar levantou nos anos de 2011 e 2012, sabemos que a maioria de nós, de uma forma ou de outra, acaba afetada por esses números do uso e do abuso de drogas, da dependência e do tráfico de drogas e, quando não isso, pela violência associada a esses comportamentos sociais.

Por isso, hoje é um dia sugestivo para que lideranças políticas, professores, educadores, homens e mulheres de boa vontade, de todas as categorias funcionais, possam se debruçar sobre esse problema, discutindo, buscando respostas, apontando soluções adequadas a esse problema que é multifacetado, cheio de implicativas e de difícil solução, mas que requer de nós urgência. Devemos, portanto, continuar provocando o debate e buscando as soluções. Talvez, sr. presidente e srs. deputados, não vamos encontrar a resposta rápida e fácil que gostaríamos para essa problemática. Mas esse é um desafio complexo, urgente e para isso é preciso ousadia, determinação e coragem. É isso que queremos continuar fazendo por uma Santa Catarina sem drogas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quem nos acompanha pela TVAL e Rádio Alesc Digital e pessoas que estão aqui, no plenário, quero anunciar, divulgar e convidar, principalmente convidar toda a sociedade catarinense, para, na

semana que vem, deputado Volnei Morastoni, três importantes audiências públicas que vão ser realizadas nesta Casa, do dia primeiro até o dia 3 de julho, pela comissão de Constituição e Justiça junto com as comissões da Criança e do Adolescente e da Educação.

As audiências públicas são instrumentos de participação popular e também um espaço privilegiado para que o Parlamento catarinense ouça os anseios da nossa sociedade, principalmente essas três que acontecerão na semana que vem, pois serão de projetos que estão tramitando nesta Casa.

Este Parlamento tem trabalhado, tem ouvido a nossa gente, através das audiências públicas, principalmente no orçamento regionalizado, que esta semana ainda continua em algumas localidades do nosso estado. Também temos a tribuna livre, em que muitas entidades governamentais ou não-governamentais utilizam este espaço, desta tribuna, para se manifestarem. E este Parlamento tem aberto, diuturnamente, esses espaços para a nossa sociedade.

Achamos que é um desafio buscar instrumentos para que o governo do estado também ouça os clamores da nossa sociedade; também ouça a oposição que se faz presente neste Parlamento; também ouça os nossos prefeitos que vêm com uma série de reivindicações dos nossos parlamentares em nível municipal, que são os nossos vereadores; que ouça a nossa sociedade, a exemplo da secretaria de Desenvolvimento Regional. E o Partido dos Trabalhadores vem sempre dizendo que essas secretarias são onerosas para o governo do estado e não funcionam direito.

Quanto aos problemas relatados pela nossa população, esta semana e na semana passada ouvimos muito e vimos milhares de pessoas irem às ruas, porque não concordam com algumas situações vivenciadas não somente no nosso país, mas também nos municípios e estados. Portanto, nós e também o governo do estado precisamos ouvir os anseios da nossa sociedade.

Os problemas relatados pela população, pelas entidades representativas, debatidos nesta Casa,

inclusive, com membros do governo do estado, precisam, urgentemente, ter eco nas ações governamentais, em todas elas.

Na da área da saúde, o deputado Volnei Morastoni tem feito essas audiências públicas em quase todos os municípios do nosso estado, ouvindo a população, lideranças políticas, empresariais, a sociedade civil organizada. E, nesta sexta-feira, terá mais uma aqui, no plenarinho da Assembleia Legislativa, para debater com os secretários municipais as questões da saúde.

Também, na semana que vem, na próxima segunda-feira, às 9h, a comissão de Constituição e Justiça, da qual fazemos parte, atendendo a um requerimento de nossa autoria, vai se reunir, e faço aqui um convite a toda sociedade catarinense, para discutir a nova legislação sobre a segurança contra incêndio e pânico no estado de Santa Catarina. É um tema importantíssimo. É uma resposta do governo e deste Parlamento à tragédia ocorrida no estado do Rio Grande do Sul, no município de Santa Maria, na boate *Kiss*, que vitimou mais de 240 jovens brasileiros.

Essa tragédia mobilizou o país e fez com que governos municipais, estaduais, os parlamentos repensassem as legislações e instrumentos de segurança e de fiscalização. E tramitam, nesta Casa, nove projetos de lei sobre esse tema, sendo oito de origem parlamentar e um de autoria do governo do estado, todos tramitando conjuntamente. Nós nos reunimos diversas vezes através da comissão de Constituição e Justiça e de Segurança Pública. E na última terça-feira o relator da matéria apresentou seu voto acatando algumas iniciativas parlamentares. Diante disso precisamos submeter esse relatório à avaliação da sociedade, principalmente na mudança proposta nessa legislação sobre a segurança contra incêndio e pânico, garantindo ao Corpo de Bombeiros o poder de polícia administrativa, com a prerrogativa de fechar estabelecimentos preventivamente.

É um assunto complexo e polêmico. E este Parlamento mais uma vez abre as portas para a

nossa sociedade debater esse tema de extrema importância para todos.

Então, contamos com a participação da sociedade, sindicatos, prefeitos, vereadores, da nossa juventude, para debatermos aqui, nesta Casa, esses projetos que têm o intuito da defesa da vida, na próxima segunda-feira, dia 1º, às 9h.

Ainda na segunda-feira, estaremos a partir das 14h, realizando uma audiência pública da comissão de Constituição e Justiça, em parceria com a comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, em relação à prorrogação dos conselheiros tutelares em Santa Catarina.

O governo federal, através da Lei n. 12.696, de 2012, regulamentou para a nação o trabalho para os conselheiros tutelares, garantindo os seus direitos trabalhistas e a formação continuada. Essa lei determinou eleições gerais em todos os municípios brasileiros para outubro de 2015, garantindo um mandato de quatro anos.

Essa normatização, srs. deputados e sras. deputadas, precisa de ajustes aqui no nosso estado. E iremos, também na próxima segunda-feira, a partir das 14h, debater com os prefeitos, vereadores e conselheiros tutelares a prorrogação do mandato daqueles que encerram este ano e também dos que encerram no ano que vem até as eleições no Brasil, em outubro de 2015.

É interessante esse debate, porque agora é eleição geral para conselheiros tutelares em 2015. E foi um pedido de vários conselheiros tutelares do nosso estado essa audiência pública para debater o projeto de lei que há nesta Casa. Aliás, estamos próximos da sua votação.

Essa audiência pública será realizada no dia 1º, a partir das 14hs, aqui na Alesc.

Quero ainda convidar a população catarinense e os nossos professores, pais e alunos da rede pública estadual para debatermos um tema também de extrema importância, na próxima quarta-feira, dia 03 de julho, às 9:30h, ou seja, eleições diretas para diretores das escolas estaduais.

Há décadas, deputado Neodi Saretta, o Partido dos Trabalhadores, juntamente com o Sinte e as

comunidades escolares, se mobiliza para por fim às indicações político-partidárias de diretores de escolas, no estado de Santa Catarina.

Aqui em Santa Catarina cada partido da base de apoio ao governador indica sua cota de diretores nas escolas. Muitas funcionam muito bem, mas outras nem tanto. Por isso, é importante as eleições diretas para que a comunidade escolar, a comunidade de pais, alunos e professores possa eleger a melhor representação para a gestão das escolas.

A indicação política tem ocasionado um dano maléfico irreparável na educação das nossas crianças e dos nossos jovens.

Projetos do Partido dos Trabalhadores e de iniciativa de deputados estarão também em debate. É fundamental a participação de toda a sociedade organizada, porque educação se faz com projeto político, pedagógico, com democracia e a participação da sociedade.

Srs. parlamentares, pelo visto, na semana que vem teremos três audiências importantes. Por isso, no horário do nosso partido convidamos todos os parlamentares e também a sociedade catarinense para debatermos importantes projetos nessa audiência pública.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigada, deputada Ana Paula Lima. E meus parabéns pelos trabalhos que esta Casa, com a sua liderança, fará na semana que vem.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.012/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

Não há emendas à redação.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 067/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0384/2013 e 0385/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0386/2013, 0387/2013 e 0388/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0389/2013 e 0390/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0391/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0392/2013 e 0393/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0692/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0693/2013, de autoria do deputado Ciro Roza; 0694/2013 e 0695/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0696/2013, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0698/2013 e 0699/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, e 0700/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Fim da matéria constante da pauta da Ordem do Dia.

Vamos suspender a sessão por dez minutos para receber, com muita alegria, as srtas. Neuziane Testoni, rainha da Festa Nacional do Colono, Josiane Marques, primeira princesa, e Anelise Jonck, segunda princesa, bem como o vereador Thiago da Silva Morastoni, do município de Itajaí; o secretário municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural, sr. Arthur de Jesus; o veterinário da secretaria e responsável pela Expofeira, Paulo Rebelo; e a assessora da secretaria, Andrea Borba.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, eu gostaria de saudar o vereador de Campos Novos, Nilton Oliveira, o presidente da

Câmara e a comitiva aqui presente. Temos certeza de que esta Casa os recebe de braços abertos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Fica feito o registro, deputado Antônio Aguiar.

Está suspensa a sessão por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerramos a presente sessão, convocando outra, especial, para segunda-feira, às 19h, em homenagem à Fetaesc pela passagem dos 45 anos de fundação.

Tenham todos um bom final de semana. Desejo um bom trabalho aos deputados que a partir de agora vão para as suas regiões. Que Deus lhes proteja nessas estradas, e até a nossa próxima sessão.

Está encerrada a presente sessão.